



O PROCESSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE DAS JUVENTUDES DA PJR NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.

Claudia Baumgardt ¹

RESUMO

Diante do avanço do agronegócio no campo e com o aprofundamento da desigualdade social causada pelo método excludente de reprodução da vida do sistema capitalista, evidenciar os processos coletivos de organização social e política no território do campo, que se posicionam como resistência às determinações abusivas do projeto do agronegócio que responde às demandas do sistema capitalista, que se ancora no êxodo rural para fortalecer sua prática produtiva da monocultura. Esta pesquisa discute sobre esta correlação de forças que se instala no território do campo, destacando os processos de organização e formação de consciência das juventudes da Pastoral da Juventude Rural, destacando a formação histórica e socioespacial que forja as juventudes que por meio do processo formador da Educação Popular, edificam caminhos para lutar por qualidade de vida, respeito, reconhecimento e permanência no campo.

Palavras-chave: Juventude, Educação Popular, Educação Não Formal, PJR.

RESUMEN

Ante el avance del agronegócio en el campo y con la profundización de la desigualdad social causada por el método excluyente de reproducción de la vida del sistema capitalista, evidenciar los procesos colectivos de organización social y política en el territorio del campo, que se posicionan como resistencia a las determinaciones abusivas del proyecto del agronegócio que responde a las demandas del sistema capitalista, que se ancla en el éxodo rural para fortalecer su práctica productiva de monocultura. Esta investigación discute sobre esta correlación de fuerzas que se instala en el territorio del campo, destacando los procesos de organización y formación de conciencia de las juventudes de la Pastoral da Juventude Rural, destacando la formación histórica y socioespacial que lleva a las juventudes a que por medios del proceso de formación de la Educación Popular, construyen caminos para luchar por calidad de vida, respeto, reconocimiento y permanencia en el campo.

Palabras clave: Juventud, Educación Popular, Educación No Formal, PJR.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Curso de Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista - UNESP, claudia.baumgardt@unesp.br;



Diante da conjuntura de morte e desigualdade social crescente dos últimos anos², se torna necessário, se não, indispensável olhar para as juventudes e especialmente para os processos educativos de formação dos sujeitos no Brasil. O presente estudo parte da região do Extremo Oeste de Santa Catarina, e busca tecer alguns apontamentos e reflexões sobre possíveis caminhos de transformação da vida cotidiana da sociedade baseados na prática vivida junto das juventudes da Pastoral da Juventude Rural (PJR).

As inquietações que levam a este estudo ancoram-se nas angústias vividas e socializadas pelas juventudes do campo organizadas como PJR, que percebem em suas realidades os limites estruturais impostos pelo sistema que buscam determinar suas trajetórias dentro da sociedade. Nos questionamos quais seriam estes limites estruturais? E a que momento a vida das juventudes, em especial no tema tratado por aqui, das juventudes do campo se torna um elemento a ser manipulado pelo sistema capitalista?

Partindo desta experiência vivida pelas organizações da PJR no Extremo Oeste de Santa Catarina conseguimos vislumbrar o tamanho da importância das organizações de juventude no campo, como ferramenta de resistência no território. Sendo a Pastoral da Juventude Rural uma das quatro pastorais da juventude³ que se organizam dentro da Igreja Católica, tomando posição de enfrentamento as opressões capitalistas, ela trabalha as especificidades das juventudes que vivem no meio rural e tem como uma de suas principais pautas, a permanência das mesmas no território do campo. Ainda, está ligada à CNBB e integra a Via Campesina nos estados e também, a nível nacional. Teve seu início no Rio Grande do Sul em 1983.

Seguimos da análise da metodologia de formação da PJR, em sua história de atuação na região supracitada, onde tem se instituído como um instrumento de resistência, construindo junto das juventudes, sua permanência no território do campo, bem como conhecimentos e resgates de saberes populares. Aspirando coletivamente caminhos de produção sustentável, agroecológico, pautando em novas relações de cuidado com a mãe terra e demais recursos naturais, bem como construindo novas relações sociais e de produção não patriarcais e nem tão pouco submissas ao mercado capitalista.

² Análise de Conjuntura Dieese Junho de 2021, presente em:
<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>

³ Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude (PJ) e Pastoral da Juventude Estudantil (PJE)



Sendo assim o estudo apresentado nesta produção, que integra a pesquisa de mestrado em andamento dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), tem por objetivo analisar o processo de formação da juventude rural, tomando como referência a experiência de Educação Popular e não formal da Pastoral da Juventude Rural (PJR), no Extremo Oeste de Santa Catarina.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada compreende em parte, no estudo que está sendo desenvolvido no Mestrado em Geografia, sendo que o resultado apresentado nesta produção foi elaborado através do levantamento bibliográfico que para Souza, Oliveira & Alvez (2021) “*tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas*” (SOUZA, OLIVEIRA, ALVEZ, 2021, p.65), analisando-o de forma a contribuir com o debate sobre a formação histórico espacial buscando compreender a formação populacional e a ocupação do território, por meio de pesquisa em livros e artigos científicos.

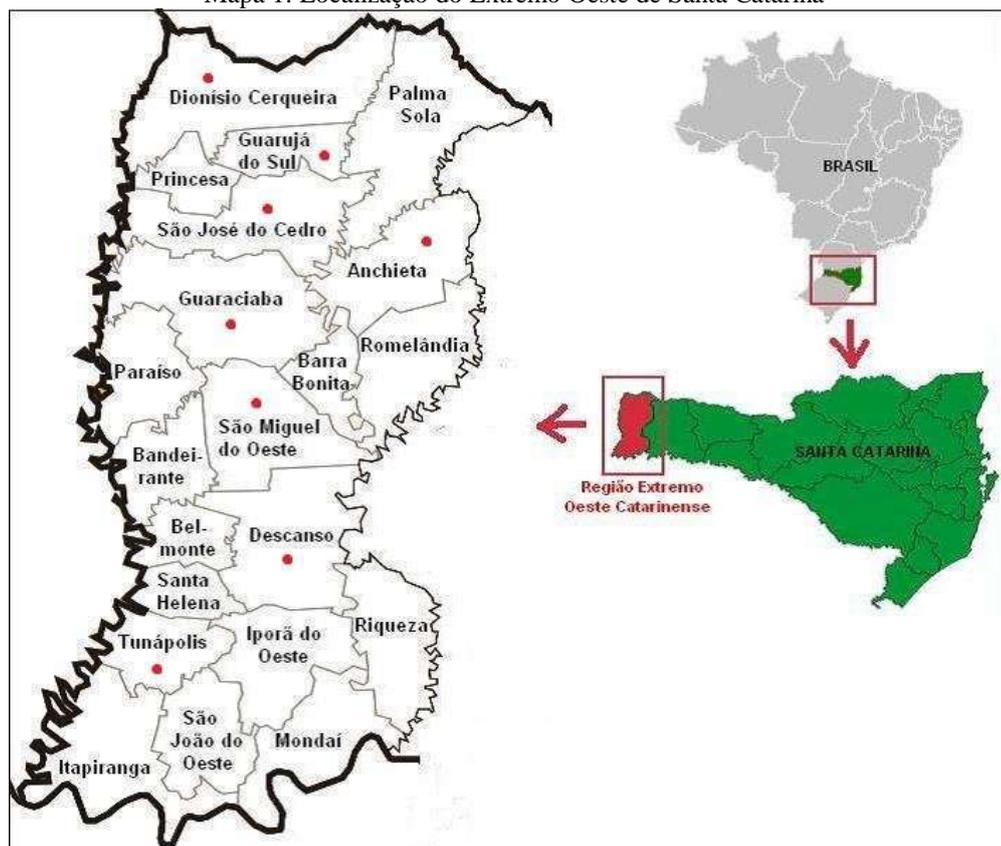
Em um segundo momento, apresenta-se a descrição da metodologia de formação das juventudes realizada pela Pastoral da juventude Rural, através da análise documental dialogando com as bibliografias referentes aos processos educativos desenvolvidos através da Educação Popular e Não Formal, fazendo uso de mapas para entender as determinações territoriais, pesquisa nas redes sociais online da organização e análise de imagens para ilustrar o processo e os espaços de formação coletivos contruídos pelas juventudes da PJR, descrito como objeto do presente estudo.

O CHÃO DA VIDA, O TERRITÓRIO EM DISPUTA

Extremo Oeste de Santa Catarina está localizado no sul do Brasil (Ver mapa 1), na região de fronteira com a Argentina, apresenta uma população estimada de 171 mil habitantes segundo dados da AMEOSC⁴, é um território que expressa na sua diversidade cultural e étnica os traços herdados do processo de colonização, e da miscigenação por vezes forçada. E sim, explicita também, a profunda desigualdade social, de acesso à terra, e de políticas públicas para o campo.

⁴ Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, presente em: <https://www.ameosc.org.br/>

Mapa 1: Localização do Extremo Oeste de Santa Catarina

FONTE: GAZOLLA (2020,p.1428) ⁵

Para interpretar a organização da PJR gestada no espaço de Extremo Oeste de Santa Catarina é importante reconhecer as relações socioespaciais que a forjaram. Sendo indispensável reconhecer a herança indígena, pois as terras catarinenses eram historicamente povoadas pelos povos Kaingang, Guarani e Xokleng, todos eles com características culturais e línguas próprias (TOMAZI, 2010). Também é substancial compreender os processos de ocupação do território gerados pelo projeto colonizador.

A região do Extremo Oeste de Santa Catarina é uma demarcação administrativa e econômica, no entanto, para a população que constituiu este território, por vezes, não reconheceu as demarcações político geográficas que historicamente visavam a expansão da exploração impostas sobre essas terras. Este fato podemos destacar nas relações com os povos originários, que além de expropriados e desterrados lhes foram negados o direito de ser e viver a sua maneira, fato evidenciado nas lutas por demarcação de suas terras, irônico pensar de um país que tem matriz ancestral é indígena em sua origem. Mas

⁵ Mapa1: Localização do extremo oeste de Santa Catarina, presente em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Localizacao-da-Regiao-e-Municipios-do-Extremo-Oeste-Catarinense-no-estado-e-pais_fig2_344417398

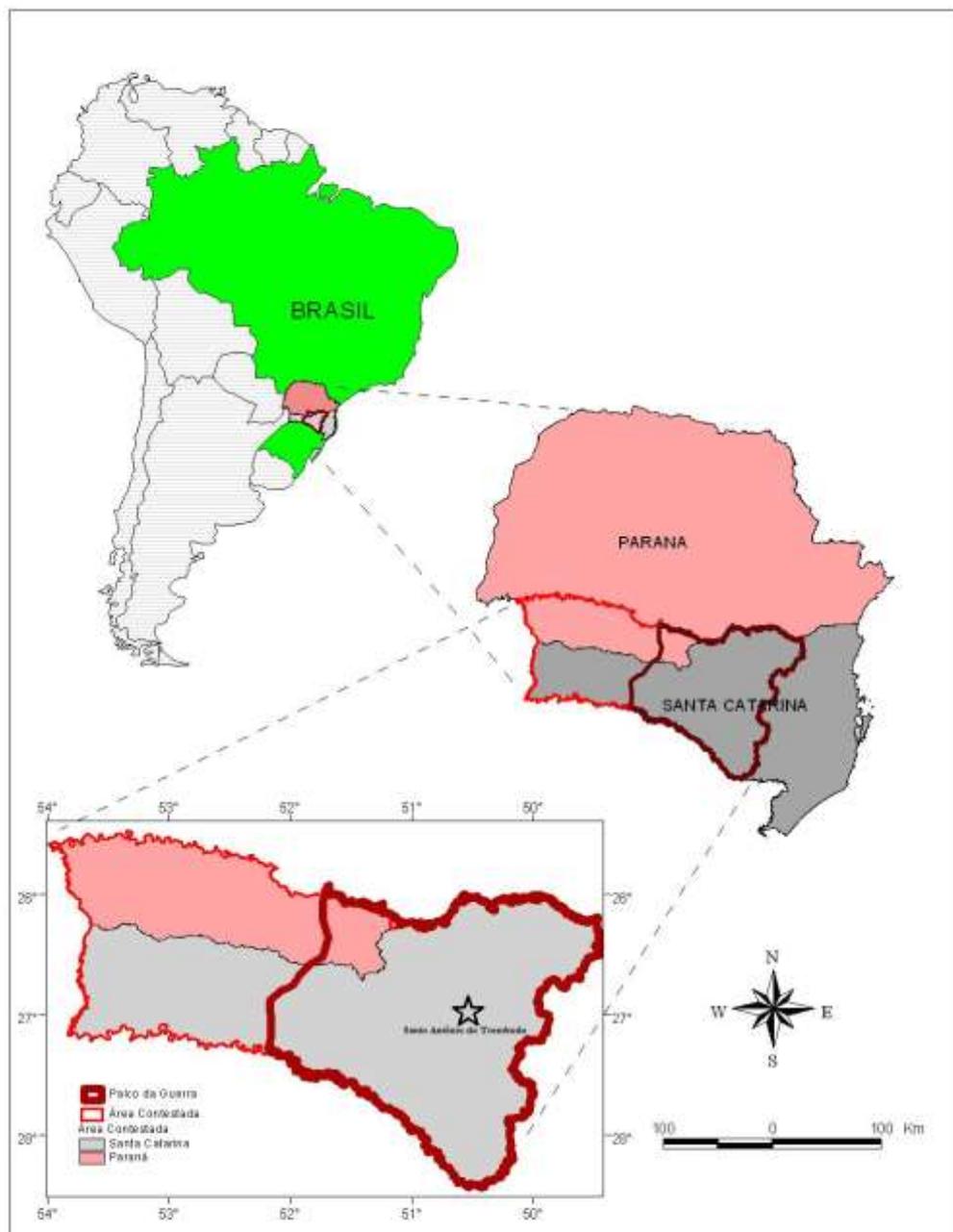


tratando-se dos caboclos e caboclas, que são a expressão viva da miscigenação entre indígenas, negros africanos e imigrantes europeus, relação esta, como supracitado, deu-se de forma muitas vezes forçada, imposta pela invasão do território que se inventa Brasil e por seu processo devastador e violento de colonização.

Este território do qual partimos para analisar as territorialidades forjadas é reflexo de relações e conflitos históricos, envolvendo as terras que segundo Fraga (2012) “*vivia certa autonomia com liberdade*”, aquém dos olhos e interesse dos poderes colonizadores, espaços que abrigava diversas relações de passagem como o caminho das tropas, mas que também, originaram assentamentos permanentes e relações de subsistência na terra, ou ainda comercialização. No entanto, com a República “*o Contestado “livre e autônomo” passou a dividir interesses com o governo central e a entrada do capital externo, principalmente a concessão de terras para a construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande*” (FRAGA, LUDKA, 2012, p.8). Um dos conflitos que culminou na guerra e na marginalização histórica das gentes e do território.

No entanto, como o conflito não é objeto do presente estudo, o que nos é de interesse é compreender que o espaço de onde falamos é também parte deste território contestado (ver mapa 2) não foi palco dos conflitos, mas é parte da extensão geográfica contestada por Argentina, Paraná e Santa Catarina (MACHADO, 2004).

Mapa 2. Territórios Contestados



Fonte: IBGE, Carta do Brasil no Milionésimo, meio digital, 2003.
QUEIROZ, M. V., 1991.

Organizado por Rogério, M.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:
ÁREA CONTESTADA
PALCO DA GUERRA.

FONTE: FRAGA, LUDKA (2012. p.8)⁶

É inerente ao território contestado, assim como o próprio conceito evidencia as relações de poder que o concebe (RAFFESTIN, 1993). Essas marcas são diretas ou indiretamente encontradas e expressadas pela população da região nas condições

⁶ Mapa 2: Territórios Contestados, presente em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-N-Fraga.pdf>



culturais, sociais e econômicas. O processo de colonização e as políticas que o acompanhou sucedeu em uma violenta desterritorialização das famílias caboclas na região, que já sofriam com as consequências da Guerra Desigual (1912-1916), que com as imposições republicanas não tiveram como pagar por suas terras.

Para Bastiani (2021) diante de todo este processo histórico evidenciado anteriormente, ainda encontra-se na região uma exaltação cultural sobre o papel dos imigrantes oriundos desta política de colonização, colocados como pioneiros, esta entre outras relações que evidenciam a opressão e negação cultural advindas da miscigenação íntima a este espaço. A autora destaca ainda que o Oeste de Santa Catarina como expressão viva das relações de contradição e de poder, se transforma em um Berço para as organizações sociais, como é o caso da Pastoral da Juventude Rural (PJR).

A organização da PJR se articula a nível nacional a 38 anos, integra a VIA Campesina, e no território analisado já possui 17 anos de rearticulação⁷. Estruturalmente organiza-se com redes de representatividades nacional, regional, e de base, possui uma representação junto da CNBB, denominado secretário nacional, que centraliza as demandas e articulações deliberadas pela CN (coordenação nacional) que concentra representação de jovens dos estados onde possui articulação de base das juventudes da PJR, e no estado se organiza de forma distinta, no caso da região em questão, tem-se os grupos de base nas comunidades e assentamentos, e também apresenta uma coordenação com referências destas microrregiões organizadas, que possibilitam a deliberação coletiva das informações.

Buscaremos compreender este processo de formação que aqui tratar-se-á como educação popular e ou não formal, que problematiza estas territorialidades que também se expressam nas juventudes e sua organicidade enquanto PJR.

JUVENTUDE RURAL E A PJR

Observa-se na sociedade atual a crescente dominação do capital em todas as formas da vida e suas relações com o espaço, seja na exploração do trabalho, na opressão contra a mulher, na concentração da terra, na imposição cultural, nas relações de gênero e geracionais, na estereotipação e criminalização da juventude, entre outras. É diante da

⁷ Existe relatos de articulação da organização da década de 80 na região



sobreposição dos desejos do sistema capitalista sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado como destaca Althusser (1980), que a formação libertadora das juventudes faz-se resistência materializada.

O futuro é um espaço de incertezas, mesmo que as determinações sociais costumam prognósticos e expectativas, ainda assim ele está sujeito as transformações sociais, ele é movimento, o conceito de futuro também se sobrepõe as juventudes, justificando até miticamente sua existência pela promessa do amanhã. Não nos remeteremos as juventudes do campo com este pressuposto, mas cabe introduzir tal estereotipo, pois este de certa forma justifica a preocupação do sistema capitalista em direcionar esforços a interferir direta ou indiretamente no modo de pensar e de ver o mundo pela juventude.

Juventude Rural ou juventude do campo é ainda um conceito em construção nesta pesquisa, no entanto compreender as juventudes presentes no território do campo e os paradigmas conceituais que a rodeiam, é importante para também expressar a metodologia de formação desenvolvida por elas dentro da PJR.

Bruno Souza (2016) aponta esse processo de construção que o conceito de juventude rural está vivenciando, percebe-se que a juventude recebe atribuições conceituais distintas, como sinônimo de futuro, como apontando anteriormente, muitas das determinações buscam responder os anseios do pesquisador, ou as necessidades iminentes da sociedade manter o controle, ou a dificuldade gritante em problematizar e compreender a efervescência de mudança que esta explícito no ‘ser jovem’.

Compreendemos esta disputa conceitual como um território imaterial, pois expressa em suas distintas determinações a conflitualidade vivida na sociedade, sendo assim produtos das relações socioespaciais não podemos entender as juventudes que se organizam enquanto PJR como um único território, nem tão pouco que suas territorialidades são singulares ao sistema, menos ainda podemos afirmar que o seu processo formador se limita a comunidade, ou as relações nos grupos de base, extrapola estes espaços, transformando as realidades e relações onde estas juventudes se inserem.

Para Elisa Guarana Castro (2012), ao reconhecer-se juventude, especialmente juventude organizada marcada pela especificidade como é o caso da PJR, está também *“acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder”* (CASTRO, 2012, p.441). Evidenciando



assim, as juventudes presentes no território do campo como resultado, também, das relações socioespaciais as quais estão inseridas.

Diante do perceptível embate conceitual no que tange a juventude, estendendo-se a especificidade juventude rural, território ainda pouco explorado, mas com significativas contribuições, assim como Eliza Guarana Castro (2005) que parte da juventude como categoria política, contrapondo-se a determinações que os apontam como indivíduos não participante, a autora destaca que o *“‘jovem’ como categoria de pensamento carrega o ‘peso’ da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das suas formas de se configurar como ator social”* (CASTRO, 2005, p. 381).

Bruno Souza (2016) destaca em sua dissertação as diferentes relações que interferem na forma que as juventudes em suas comunidades vivem sua temporalidade, sendo esta moldada pela iteração constante com o sistema de objetos (SANTOS, 2020), frutos das relações socioespaciais moldadas pelos diferentes relacionamentos religiosos, de gênero e classe. Partindo desta multiterritorialidade que forja as juventudes, não poder-se-á trata-las como sujeitos passíveis alheio a sua experiência material.

Entender as juventudes como seres construtores de sua realidade é substancial, para assimilar seu protagonismo dentro da organicidade da Pastoral da Juventude Rural. Assim como Freire (1921) *“[...] não podemos deixar de lado, [...] que educandos, sejam crianças [...] jovens e adultos [...], trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social [...]”* (FREIRE, 1921, 85-6). Entender estes jovens como sujeitos protagonistas, é também perceber que são frutos do seu tempo, e da realidade que vivem e que ao mesmo tempo a transformam, essa relação dialética é o que se expressa no processo de formação de consciência política de classe, e pelas juventudes da PJR.

Perceber as juventudes do campo como agentes formadores e transformadores de sua realidade permite-nos destacar os processos da educação popular que se desenvolvem nas bases da PJR, atividades, aprendizados, assimilações das juventudes para as juventudes, inter-relacionar-se diretamente com suas realidades, evidenciando estas juventudes como seres dotados de condições de reproduzirem suas vidas, e não como seres predispostos a condições-relações existentes e imutáveis da realidade, Freire (1987).



EDUCAÇÃO POPULAR E NÃO FORMAL

Quando nos remetemos a metodologia, o caminho percorrido para chegar ao objetivo almejado, o despertar da consciência de classe, torna-se imprescindível para processos de resistência compreender as determinações capitalistas para a reprodução da vida. Pois a vida diante das necessidades capitalistas torna-se objeto susceptível a manipulação e dominação pelas estruturas do sistema, sejam elas materiais, subjetivas ou imateriais. No entanto, a vida é também complexidade, autonomia e mutação constante, tornando-se assim, uma verdadeira preocupação para a manutenção dos desejos e necessidades capitalistas, controlar as vidas das gentes.

As juventudes entendem-se com parte viva do território que os abriga⁸, dado que a PJR mira o campo como um espaço de vida, diversa e abundante, compreendendo a terra como mãe, que exige cuidados e respeito, reconhecendo a relação e a geração de produtos para a subsistência como uma troca sujeita a interferência da dialética do ser vivo natureza, considerando e entendendo a intervenção negativa do ser humano e das práticas de produção com uso de agrotóxicos e transgênicos nesta relação natural.

No processo de formação da PJR entender o elemento que nos abriga e nos permite reproduzir a vida é também desenvolver a pertença e o cuidado com ela. E é nesta relação que encontra-se as correlações de força desiguais se especializando no País. Partimos do trabalho, elemento fruto da relação consciente do ser humano com a natureza, transformando-a a sua maneira e respondendo a suas necessidades, transformando-se consequentemente a si mesmo, assim como aponta Saviani “*O que o homem é, é-o pelo trabalho*” (SAVIANI, 2007, p.154). Reconhecer-se classe trabalhadora é mensurar a importância do trabalho humano para a manutenção da vida, mas especialmente na preservação do sistema capitalista, que para tal é fundamental compreender os processos de exploração e expropriação históricas da classe trabalhadora e da natureza.

Para Mézáros (2005), “*os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados*” (MÉSZÁROS, 2005, p.25). Torna-se assim impossível não partir do chão da vida, para construir os caminhos de

⁸ Identidade das juventudes da PJR, presente em: <https://ascompjrbrasil.wixsite.com/meusite/identidade>



transformação, pois, como aponta o autor ainda, é inexecutável uma transformação na educação sem também haver uma transformação estrutural.

[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educativas devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2005, p.25)

Mészáros (2005) ainda destaca que sem esta transformação estrutural e coletiva, as mudanças limitam-se a manutenção, ou ainda adaptação ao sistema, garantindo a inalteração das estruturas de dominação predispostas pelo sistema capitalista. Os processos de formação que as juventudes da PJR desenvolvem em suas relações socioespaciais são pautadas pela transformação estrutural da reprodução da vida, limitada as circunstâncias engessadas pela condição social imposta pelo sistema, mas ainda assim, luta pela liberdade, vida justa e igualitária.

O processo de formação de consciência realizado junto e a partir das juventudes na PJR, permite a construção de caminhos de permanência e resistência no território do campo. Para Jociani Hammes, assessora da Pastoral da Juventude Rural, “*São as organizações populares que mantêm a educação popular como parte de suas práticas, com um pensamento emancipador, anticolonial e anti-imperialista.*” (HAMMES, 2018, p.95).

O caminho que propõe-se libertador do processo de formação realizado pela PJR iniciasse na base, ou ainda chão da vida, das territorialidades das juventudes, propondo que os jovens se auto organizem, reunindo-se nos espaços comunitários para conversar e dialogar sobre as angústias, sonhos e sobre as opressões reais impostas pelo sistema. Ao refletir sobre o ficar e sair do campo, sobressaem-se as predisposições impostas pelo sistema capitalista a população do campo, especialmente a juventude, como o pouco ou nenhum acesso a elementos básicos como cultura, educação, saúde de qualidade, mesmo que quando refletido sobre ser bom ou não estar e viver no campo, as repostas são positivas, evidenciando que o êxodo rural da juventude também é direcionado por suas condições sociais por vezes determinadas pelo sistema.

Dos grupos de base, do chão da vida é que as reflexões partem do cotidiano vivido em comunidade, as juventudes passam a se organizar com outros jovens em nível municipal, regional e estadual, extrapolando os limites da comunidade, agregando e compreendendo a luta e a necessidade de transformação da realidade em uma amplitude



maior, entendendo-se parte do coletivo e das necessidades bem como sonhos dele, os momentos de encontro, retratados na imagem 1 e 2, dão-se coletivamente, de forma a compartilhar os conhecimentos.

O processo de formação dá-se desde a articulação das juventudes para o momento coletivo de formação das bases, que normalmente ocupa-se de um fim de semana, onde todo o compasso da atividade é construído coletivamente, divisão de tarefas com a alimentação, limpeza (grupos de trabalho), grupos de estudo, música e animação, com temas voltados a vida das juventudes, as formações buscam problematizar no cotidiano as relações de opressão predispostas pelo sistema, ao longo de toda a formação histórica geoespacial e da multiterritorialidade presente.

Trabalhar a cultura, o contato reflexivo com as mais distintas formas de expressão, também é ponto fundamental neste processo. Desde a reflexão das produções audiovisuais que as juventudes e famílias tem acesso, buscando, a partir delas destacar sua representatividade ou não, ou seja, observar se os meios de comunicação, as mídias estão representando as realidades das juventudes, ou contribuindo para um processo de estereotipação das comunidades camponesas. Conduzidos por estas reflexões as juventudes vão construindo caminhos críticos e construtivos de se relacionar com a arte e as produções midiáticas, resistindo as predisposições do capital, que se utiliza dos aparelhos ideológicos do Estado para se perpetuar.

Relações que podemos destacar nas imagens 1 e 2, sendo que a imagem 1 trata-se de um processo de formação reunindo as juventudes do campo e da cidade (jovens da Pastoral da Juventude Rural e Pastoral da Juventude do Meio Popular), realizado em (2014), a imagem captura um momento de animação no início da manhã, na formação em que assessoria de Pedro Munhoz, dialogou sobre cultura popular.

Imagem 1: Animação Formação sobre Cultura Popular



FONTE: Claudia Aparecida Wainman, pagina no Facebook, 2014⁹

Tornar-se um espaço inclusivo e de expressão é indispensável para a PJR visando transformar as especificidades, interagindo com a estrutura através dos processos pautados pelas juventudes, pois assim como para Peloso (2012) a “*Educação Popular é um processo coletivo de elaboração, tradução e socialização do conhecimento que capacita educadores e educandos a ler criticamente a realidade para transformá-la*” (PELOSO,2012,35).

Para lapidar processos educativos de transformação estruturais e efetivos não poder-se-á desprender estes processos formadores das realidades a que estão se referindo, sendo assim indissociável do debate que tange as estruturas sociais econômicas e políticas da sociedade no seu tempo histórico.

Os sistemas educativos e os movimentos educativos em geral embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade. Por isso mesmo, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico, suas transformações econômicas e sociais, suas lutas pelo poder político. (PAIVA, 2015, p.29)

Compreender estas condições predispostas pelo sistema capitalista que interferem na reprodução material e imaterial da vida, é parte do despertar da consciência proposto pela PJR, onde a partir das juventudes os apontamentos e debates em torno da realidade vão evidenciando tais determinações, e como processo educativo formador,

⁹ Foto de Claudia Aparecida Wainman, pagina no Facebook, 2014. Presente em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1540980279460706&set=a.1540976366127764>



coletivamente a resistência vai se materializando em forma de luta seja pela universidade pública de qualidade, acesso à cultura, saúde, comida saudável pela permanência e valorização da juventude no território do campo, pois assim como aponta uma das músicas “*não é preciso ser filho de doutor/jovem da roça também tem valor*”¹⁰.

É estudando e compreendendo a complexidade da mística vivida por estes jovens que bebem da força do jovem camponês e operário de Nazaré¹¹ que organizou o povo, fazendo a opção pelos empobrecidos e oprimidos pelo império, e assim, por tornar uma ameaça a ele foi morto crucificado, neste contexto que a imagem 2, foi capturada. Entender a força viva que emana da mãe terra, que nos movimenta a construir novas relações com a natureza e sociais, pautadas na igualdade em relações não machistas e patriarcais, em prática sustentáveis e na agroecologia, relações que visam a manutenção da vida e não do capital.

Imagem 2: Formação Regional sobre Mística



Fonte: Página do Jornal Comunitário no Facebook, 2018¹²

¹⁰ Música Jovem da roça também tem valor, de Antônio Gringo, gravada no disco O Canto da Terra – Comep. Presente: <https://youtu.be/tS6rtTGaJRY>

¹¹ Jesus Cristo, compreendido pela PJR como jovem que fez a opção pelos pobres, filho de mãe camponesa e pai carpinteiro.

¹² Foto de Claudia Weinmam, 2018, Presente em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.2244682968878947&type=3>



É desta forma que os processos formativos vão problematizando temas históricos e conjunturais que integram a formação social e comunitária dos indivíduos, como a história da Guerra do Contestado, formações de Como Funciona a Sociedade, destacando as estruturas de poder do Estado, mas também os aparelhos ideológicos que são cooptados pelo sistema para garantir sua manutenção e adaptação, sobre o ‘*ser militante*’ e o potencial transformador da luta de classe, feminismo, agroecologia, sementes, permanência no campo entre outros temas geradores que se relacionam com a reprodução cotidiana das vidas da juventude.

É no envolvimento, no saber ouvir de Paulo Freire (2012), é entendendo-se coletivo, que as juventudes da PJR do Extremo Oeste de Santa Catarina vão se forjando protagonistas, propositoras de mudanças na interação com a comunidade, na escola, na família e na própria organização. Gerando através da organicidade dos grupos de base relações que fortalecem seus processos educacionais, instigando mudanças contundentes no meio que estão inseridos. Assim como destacam Beatriz e Camila:

A educação não formal caracteriza-se pela multiplicidade e pluralidade de atividades e ações educacionais que desenvolve. É uma modalidade educativa cuja aprendizagem ocorre com base nos acontecimentos cotidianos da comunidade e sujeitos que dela tomam parte[...]. (OLIVEIRA, DIAS, 2017 p. 2)

Contudo por meio do método de educação popular da Pastoral da Juventude Rural coletivamente com a Pastoral da Juventude do Meio Popular, as juventudes vão construindo formas e momentos coletivos de educação não formal que somam nos seus processos educativos, alterando as relações e processos que se inserem nos diversos níveis da reprodução da vida, seja na família, escola, trabalho, comunidade e grupos de jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por compreender estas relações de força na disputa pelos territórios do campo e as organizações que despertam em forma de resistência no campo é um objeto que segue na pesquisa a ser realizada no Mestrado em Geografia no TerritoriAL. No entanto, para o dado memento, cabe concluir que mesmo diante da avassaladora opressão e manipulação das estruturas de reprodução da vida pelo sistema capitalista ainda a espaço para o esperançar.

O esperançar que sustenta a organicidade desta pastoral, que que movimenta, organiza e multiplica. O processo de formação da consciência das juventudes da PJR, é



mais um exemplo de organicidade do povo para o povo que nos expressam as condições sociais que este tem em costurar um processo revolucionário, de construir novas relações sociais e de produção.

Que assim como se torna indispensável lutar por uma educação formal de qualidade, com garantia de acesso a políticas públicas, ainda é importante reconhecer e evidenciar o papel formador e libertador dos processos educativos das organizações e movimentos sociais, do campo e da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980 – Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideologicos-do-estado.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2021

BASTIANI, Tânia Mara de. **Trajatórias de lutas e formação agrária no Oeste Catarinense**. Passo Fundo: Acervus, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006 - Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2021

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do Campo**. In: CALDART; Roseli Saete, et. Al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2021

FRAGA, Nilson Cesar. LUDKA, Vanessa Maria. **100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro**. XI Colóquio de Geocrítica. Bogotá, 2012. Presente em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-N-Fraga.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo, **Princípios do Trabalho Popular**. In: PELOSO, Ranulfo (org.) **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. (21-31)

HAMMES, Jociani Fatima Alves Pinheiro. **Educação popular : colonialidade e decolonialidade tensões emergentes**. Dissertação (Mestrado em Educação). Santa Catarina: UNOESC, 2018.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Beatriz Cristina de. DIAS, Camila Santos. **Educação Não Formal: instrumento de libertação e transformação?** Revista Científica da FHO|UNIARARAS v. 5, p.(1 a 9) n. 2/2017. Disponível em: http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.027-2017.pdf
Acesso em: 14 de novembro de 2021

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: edições Layola, 2015.

PELOSO, Ranulfo. **Educação Popular e Trabalho Popular**. In: PELOSO, Ranulfo (org.) **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. (33-35)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, P. 152-165, n. 34 jan./abr. 2007



SOUZA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021

SOUZA, Bruno Lacerra de. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP**. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo: IPPRI/UNESP, 2016.

TOMAZI, Gilberto. - **Mística Do Contestado: mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado** – Xanxerê-SC, ed. News Print, 2010.